



O PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES

MÓDULO I

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA

O PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES

Autor
Capitão QOPM Emídio Angelotti
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

Nota importante

Este material foi desenvolvido especialmente para o Curso de Formação de Brigadistas Escolares. Qualquer informação complementar, críticas e contribuições serão sempre bem-vindas e podem ser direcionadas à equipe utilizando-se o e-mail: defesacivil@casamilitar.pr.gov.br
A reprodução total ou parcial deste material é permitida desde que citada a fonte.

Coordenação de Formação Continuada e
Educação a Distância
Rosângela Menta Mello

Design Instrucional - Conteúdos para EaD
Ana Sueli Vandressen
Eliane do Rocio Vieira
Marcos Afonso Zanon
Marineiva de Mello
Suelen Fernanda Machado
Valéria Antunes Frederico
Wilson Brasília

Coordenação de Mídia Impressa e Web
Mônica Schreiber

Revisão Textual
Cássia Regina C. de Freitas
Helen Jossania Goltz
Tatiane Valéria Rogério de Carvalho

Coordenação de Múltiplos Meios
Eguimara Selma Branco

Ilustradores
Jocelin José Vianna da Silva
Will Stopinski

Fotografia
Marcio Roberto Neves Padilha

Projeto Gráfico
William Alberto de Oliveira

Diagramação
Fernanda Serrer

SUMÁRIO

1 IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA	7
2 A DEFESA CIVIL NO PARANÁ E SEU PAPEL EDUCACIONAL	7
3 SISTEMAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DA EDUCAÇÃO	8
3.1 A ARTICULAÇÃO NO PARANÁ ENTRE OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DA EDUCAÇÃO	9
4 OBJETIVOS DO PROGRAMA	11
4.1 OBJETIVO GERAL	11
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
5 AÇÕES E METAS DO PROGRAMA	12
5.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2012	12
5.2 AÇÕES REALIZADAS EM 2013	12
5.3 METAS DO PROGRAMA EM 2014	12
6 NÍVEIS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA	13
6.1 COORDENAÇÃO ESTADUAL	13
6.2 COORDENAÇÕES REGIONAIS	13
6.3 COORDENAÇÕES LOCAIS	13
6.4 BRIGADAS ESCOLARES	13
7 DESENHO DO PROGRAMA	13
8 MÉTODOS DE DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DO PROGRAMA	14
8.1 CAPACITAÇÃO DE GESTORES E MULTIPLICADORES E REPASSE DE CONTEÚDOS AOS PÚBLICOS-ALVO	14
8.2. PLANO DE ABANDONO, PRIMEIROS SOCORROS E COMBATE A PRINCÍPIOS DE INCÊNDIO	16
8.3 PREVENÇÃO DE RISCOS NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ	16
9 ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	17

1 IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA

As impensadas interferências no meio ambiente têm acarretado sérias consequências para a população. Quase que diariamente se tem verificado notícias que dão conta de desastres ao redor do mundo. O Brasil, que pouco é afetado por desastres como terremotos, maremotos, tufões e tornados, tem sofrido as consequências de mudanças climáticas e tem registrado em seu território ocorrências como enchentes de grandes proporções, deslizamentos de encostas e inundações de cidades, que causam não só perdas materiais, mas mortes e desabriga famílias inteiras.

Como exemplos recentes, tem-se, em 2009, aquela que é considerada pelo governo como a pior tragédia natural já enfrentada em Santa Catarina, a enchente que assolou mais de 60 cidades e deixou marcas profundas não só na bela geografia do Estado, mas na vida de um milhão e quinhentas mil pessoas atingidas pelas águas. A Defesa Civil de Santa Catarina contabilizou 135 mortos, 6 desaparecidos e mais de 60 mil desalojados e desabrigados devido a chuva.

Em 2011, os deslizamentos de morros na região Serrana do Rio de Janeiro, consequência de um regime de chuvas acima da média histórica, atingiram sete municípios, contabilizando um saldo de 13.741 famílias desabrigadas, 22.496 desalojadas, afetando 139.880 famílias e causando 889 óbitos.

O Paraná não esteve imune a esses fatos e, em março de 2011, também em consequência de um forte regime de chuvas que ocasionou severas inundações e graves deslizamentos de encostas, passou por um desastre nos municípios de Antonina, Guaratuba, Morretes e Paranaguá, que deixou como saldo 10.589 pessoas desalojadas e 2.499 desabrigadas, afetando diretamente cerca de 26.000 pessoas e fazendo três vítimas fatais.

Infelizmente há uma tendência de que tais fenômenos sejam recorrentes. Os regimes de chuvas estão apresentando uma variabilidade cada vez maior, causando o transbordamento dos rios, cada vez mais assoreados. Este fato, associado com a construção de moradias em locais irregulares por parte da população de baixa renda, em áreas muito próximas dos rios e nas encostas dos morros, amplia a dimensão dos problemas.

Também não restam dúvidas que tais eventos se potencializam quando não há uma cultura prevencionista que mantenha cada habitante preparado para agir diante de uma ocorrência desastrosa. Não se pode evitar a ação da natureza, mas é possível minimizar seus efeitos danosos, sejam humanos, materiais ou ambientais, quando se enfrentam as ocorrências de uma forma mais organizada.

Considerando que a população adulta adquire hábitos preventivos após terem vivenciado uma situação de crise ou por força de uma legislação pertinente, o Programa Brigadas Escolares opta em trabalhar no ambiente escolar, onde se espera mitigar os impactos, promovendo mudanças de comportamento, visto que crianças e adolescentes são mais receptíveis, menos resistentes a uma transformação cultural e potencialmente capazes de influenciar pessoas, atuando como multiplicadores das medidas preventivas. Assim, a opção de se trabalhar com as escolas da rede estadual de educação tem relação com a necessidade de adequá-las internamente para atender as disposições legais de prevenção a toda espécie de riscos, sejam eles de cunho natural ou de outro tipo, como acidentes pessoais e incêndios, entre outros.

2 A DEFESA CIVIL NO PARANÁ E SEU PAPEL EDUCACIONAL

Um importante papel da Defesa Civil é atuar como agente motivador na realização de atividades voltadas para a conscientização dos diferentes problemas socioambientais que potencializam eventos danosos. Campanhas em todas as regiões brasileiras visam mostrar à população que os riscos a que está sujeita são cada vez maiores e mais devastadores, principalmente devido ao processo de urbanização, que atingiu índices bastante elevados.

Segundo estimativas da ONU, o ano de 2008 marca a transição para um mundo com população predominantemente urbana. Com o aumento populacional urbano, torna-se mais evidente que as principais causas e consequências das mudanças ambientais estarão relacionadas a essa população, tornando urgente a prevenção e a preparação destas populações e locais.

A promoção de mudança cultural, relacionada com a cidadania participativa, com a segurança global da população e com a redução dos desastres, depende da colaboração ativa dos sistemas de ensino existentes no Brasil. É importante que os sistemas de ensino participem de projetos que tenham reflexos preponderantes sobre a qualidade de vida e sobre o crescimento da expectativa de vida da população.

A Defesa Civil do Paraná, criada em 29 de dezembro de 1972, é a responsável pela coordenação e administração dos meios de prevenção de riscos, preparação contra ameaças, resposta a desastres e recuperação de seus danos.

Em situações de normalidade, a Defesa Civil tem como princípios a prevenção, a mitigação e a preparação. Na prevenção e mitigação, realizam-se a educação, a orientação e o esclarecimento à população. A preparação busca a implantação de uma fase em que são executadas ações para redução das vulnerabilidades das localidades e da sua população, através de planejamento, infraestrutura, capacitação e treinamento para responder a possíveis desastres.

Em situações de anormalidade durante os desastres, são realizadas ações de resposta, definidas na fase de preparação, em que se disponibiliza toda a estrutura para fazer frente aos eventos adversos, visando minimizar seus efeitos negativos, socorrendo vítimas e protegendo bens.

Na recuperação tem-se o momento depois dos desastres, no qual todos os esforços são concentrados para retornar a normalidade social no menor espaço de tempo possível, promovendo assistência aos vitimados e reconstituindo o que foi destruído ou danificado, sempre com vistas a assegurar uma nova e melhor condição para resistir a eventuais ocorrências da mesma circunstância desastrosa.

Neste processo, a *prevenção*, a *mitigação* e a *preparação* são fundamentais para que a *resposta* e a *recuperação* sejam eficientes e eficazes para redução de danos e a possibilidade de novos eventos. Assim, nos períodos de normalidade se faz necessário diagnosticar e adequar os ambientes ocupados ou não pelo ser humano para melhor planejar ações, a fim de evitar ou minimizar a possibilidade de eventos danosos e, principalmente, a ocorrência de vítimas humanas.

Desta forma, é importante que conteúdos relacionados à segurança global da população, à redução dos desastres, à redução das vulnerabilidades dos cenários e das populações em risco sejam debatidos nas escolas estaduais, aliando a estrutura do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil com a do Sistema Educacional do Estado, corroborando, assim, para que o Programa tenha impactos significativos em um menor prazo. Portanto, atrelar as mais de 2.549 escolas estaduais com seus aproximadamente 1.420.000 alunos matriculados ao Programa, ajudará na disseminação de ideias e princípios para um grande contingente da população paranaense, havendo uma mudança cultural gradativa nas futuras gerações, até o momento em que todos estejam preparados para agir em uma situação de emergência.

3 SISTEMAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DA EDUCAÇÃO

O Japão tem hoje um dos sistemas mais avançados de Defesa Civil e uma moderna tecnologia que reforça a estrutura de construções, fórmula para evitar tragédias ainda maiores do que aquela que atingiu o país no início de 2011. O tremor de 8,9 graus na escala Richter, seguido de tsunamis, foi o evento natural mais violento da história do Japão, resultando em mais de 13.000 mortos e 16.000 desaparecidos.

Devido à frequência da ocorrência de terremotos na região, toda a população é treinada para agir em situações de emergência.

Para auxiliar na disseminação das informações, o governo de Tóquio possui um manual de sobrevivência em caso de terremotos, ao qual todo cidadão tem acesso. Nele são dadas instruções sobre o que fazer em diversas situações de emergência, como na escola, em casa, no escritório, na rua, em transportes públicos. Ele dá orientações seguidas pela maior parte dos cidadãos do país. Faz recomendações para que tenham um kit terremoto (com lanternas, água e comida desidratada) em suas casas e locais de trabalho, para o caso de ficarem presos por alguns dias. Nas escolas, as crianças são treinadas para saberem como agir em caso de emergência, recebendo treinamento adequado duas ou três vezes por semestre. As crianças são ensinadas a se abrigar embaixo das mesas durante o terremoto e depois executarem o Plano de Abandono, saindo para um Ponto de Encontro previamente estabelecido, onde os líderes de cada turma fazem a contagem das crianças e informam aos professores. São também instruídas para saírem com livros na cabeça para proteção.

Apesar de nosso estado não ter tantas ou tão graves ocorrências de desastres como o Japão, ainda assim de vez em quando ocorrem alguns desastres provocados pelo homem ou pela natureza que requerem intervenção da Defesa Civil, motivo pelo qual sua atuação é fundamental para que os órgãos públicos não sejam pegos de surpresa ou estejam despreparados, como veremos a seguir.

3.1 A ARTICULAÇÃO NO PARANÁ ENTRE OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DA EDUCAÇÃO

O Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil é composto, basicamente, por três esferas de coordenação: estadual, regional e municipal.

A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (Cepdec) é o órgão de coordenação do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. Sua função é a de coordenar as medidas de natureza permanente, destinadas a prevenir ou a minimizar as consequências danosas de eventos anormais e adversos, previsíveis ou não e, ainda, socorrer e assistir as populações e áreas atingidas.

O Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil integra os órgãos do Governo do Estado, órgãos não governamentais, empresas, voluntários e a comunidade, visando as medidas preventivas, preparatórias, ações de resposta aos desastres e a reconstrução de regiões afetadas por esses eventos.

A Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (Corpdec) no Paraná, exercida pelo Corpo de Bombeiros, é responsável pela operacionalização das ações de prevenção, preparação, atendimento e recuperação. Em todo o Estado são 15 coordenadorias, que coincidem com os comandos regionais do Corpo de Bombeiros.

Na figura a seguir poderão ser vistas as áreas de abrangência das Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil.

Figura 1 – Áreas de abrangência das Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil



A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (Compdec) é presidida pelo prefeito e dirigida preferencialmente por um funcionário público municipal com capacidade de articulação com órgãos governamentais e não governamentais. Seu perfeito funcionamento torna a população apta a atuar em desastres de qualquer natureza, buscando o desenvolvimento da resiliência.

A articulação entre as 15 Corpdec e os 32 NRE objetiva um planejamento integrado entre a Defesa Civil e a Educação, podendo ser observada na figura a seguir.

Figura 2 – Núcleos Regionais de Educação/Corpdec



Como se observa nos mapas, as Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil cobrem um território muito maior que o dos Núcleos Regionais de Educação.

Lembramos que na maioria das vezes as áreas das Corpdec não coincide com as áreas dos NRE, na maioria dos casos uma Corpdec tem mais de um NRE situado dentro de sua área de responsabilidade territorial. Pode ocorrer também que um NRE esteja dividido entre as áreas de duas Corpdec.

4 OBJETIVOS DO PROGRAMA

4.1 OBJETIVO GERAL

Promover a conscientização e a capacitação da Comunidade Escolar do Estado do Paraná para ações de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou provocados pelo homem, bem como para o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas, garantindo a segurança dessa população e possibilitando, em um segundo momento, que os temas tratados cheguem a um grande contingente da população do Estado do Paraná e promova, assim, uma mudança cultural.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Possibilitar aos Estabelecimentos de Ensino Estadual do Paraná a construção de uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar.
- Proporcionar aos alunos da Rede Estadual de Ensino condições mínimas para o enfrentamento de situações emergenciais.

- Promover o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar, com vistas a atender às recomendações legais do Código de Prevenção Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros.
- Preparar os profissionais da rede estadual de ensino para a execução de ações de Defesa Civil nas escolas, a fim de prevenir riscos de desastres e preparar para o socorro, destacando ações voltadas aos primeiros socorros e combate a princípios de incêndio.
- Articular os trabalhos entre os integrantes da Defesa Civil Estadual, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar (Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária - BPEC) e dos Núcleos Regionais de Educação.
- Adequar as edificações escolares estaduais às normas mais recentes de prevenção contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros, acompanhando os avanços legais e tecnológicos para preservação da vida dos ocupantes desses locais.

5 AÇÕES E METAS DO PROGRAMA

A seguir conheça algumas ações já realizadas pelo Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola e as metas para o próximo ano.

5.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2012

- Foram capacitados para atuar como gestores regionais do PBE e multiplicadores das ações relativas à composição e implementação de Planos de Abandono, uma equipe composta por 2 técnicos de cada Núcleo Regional de Educação, 2 representantes de cada Coordenadoria Regional de Defesa Civil (Corpdec) e 2 representantes do BPEC na área de cada NRE.
- Capacitação na modalidade presencial de aproximadamente 7.500 gestores locais (diretor, pedagogo e um técnico de cada escola).
- Capacitação na modalidade EaD de 803 brigadistas escolares.

5.2 AÇÕES REALIZADAS EM 2013

- Capacitação na modalidade EaD de 2.135 brigadistas escolares.
- Capacitação de todos os gestores locais que não foram capacitados em 2012, através de turmas regionais.
- Diagnóstico, quanto à prevenção de risco e sistemas preventivos contra incêndio e pânico, de 2.148 escolas comuns e 413 escolas conveniadas da rede pública estadual de ensino.
- Instalação de equipamentos de segurança contra incêndio e pânico (iluminação de emergência, sinalização de emergência e extintores) em todos os estabelecimentos estaduais de ensino.

5.3 METAS DO PROGRAMA EM 2014

- Capacitar 12.000 brigadistas na modalidade a distância para as escolas comuns.
- Capacitar 2.000 brigadistas na modalidade a distância para as escolas conveniadas.
- Capacitar 9.000 brigadistas na modalidade presencial para as escolas comuns.
- Capacitar 1.200 brigadistas na modalidade presencial para as escolas conveniadas.
- Emitir certificado de conformidade para as instituições de ensino do Estado do Paraná do Programa Brigada Escolar.

- Capacitar engenheiros e arquitetos dos Núcleos Regionais de Educação e da Sude.
- Divulgar o “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” para o setor de engenharia da Sude/Seed.
- Analisar projetos e tipo das escolas, para promover as adequações comuns aos projetos e os estudos de adequações dos projetos de implantação.
- Compatibilizar recursos liberados e programados pelo Programa Escola Acessível do MEC com as de outras fontes, para que se atinjam as metas previstas no Decreto do Programa Brigadas Escolares – ano 2022.
- Definir critérios de priorização de atendimento das Instituições de Ensino (instituições que não necessitam de projetos de prevenção contra incêndio e pânico; instituições no Programa Escola Acessíveis; mais percentual de instituições com intervenções mínimas, onde apenas se exija os equipamentos disponibilizados às escolas na 1ª fase do programa: extintores, luminárias e sinalização de emergência).

6 NÍVEIS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa será executado em todas as instituições estaduais de ensino, portanto, faz-se necessário dividir a atuação em vários níveis para que se possa facilitar sua coordenação e controle, como veremos abaixo.

6.1 COORDENAÇÃO ESTADUAL

É composta por representantes da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil e do Departamento de Programas e Políticas Educacionais, que realizam o planejamento geral do Programa e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Coordenações Regionais.

6.2 COORDENAÇÕES REGIONAIS

Compostas por representantes de cada NRE e Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (Corpdec), apoiados por integrantes da Companhia ou Pelotão local do BPEC, que realizam o planejamento e acompanhamento das atividades realizadas pelas Coordenações Locais na área de atuação de seu respectivo NRE/Corpdec.

6.3 COORDENAÇÕES LOCAIS

Compostas por diretor e pedagogo de cada escola, são responsáveis por executar as ações planejadas pelo Programa nas suas respectivas escolas.

6.4 BRIGADAS ESCOLARES

Compostas pelos professores e/ou outros servidores da escola, são responsáveis por atualizar e operacionalizar constantemente o Plano de Abandono, assessorando a Direção nas adequações das instalações físicas do estabelecimento de ensino, entre outras atribuições.

7 DESENHO DO PROGRAMA

É indiscutível a necessidade de uma mudança cultural no entendimento da comunidade do entorno da escola sobre as funções da Defesa Civil e a importância das orientações preventivas repassadas à população. Entretanto, essa mudança de atitude ocorrerá a partir da transformação, a médio e longo prazo, das atitudes pessoais alicerçadas na educação.

Assim, o Programa terá três eixos que nortearão o trabalho a ser desenvolvido:

1. capacitação de gestores e multiplicadores e repasse de conteúdos aos públicos-alvo;
2. plano de abandono, primeiros socorros e combate a princípios de incêndio;
3. prevenção de riscos nos estabelecimentos estaduais de ensino.

O PROGRAMA E OS EIXOS DE EXECUÇÃO



Fonte: Multimeios/Seed

8 MÉTODOS DE DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DO PROGRAMA

A seguir, conheça como será desenvolvida a metodologia de trabalho que permitirá colocar em prática os três eixos que nortearão o Programa.

8.1 CAPACITAÇÃO DE GESTORES E MULTIPLICADORES E REPASSE DE CONTEÚDOS AOS PÚBLICOS-ALVO

A coordenação desse eixo será realizada em conjunto por representantes da Casa Militar/Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil e da Secretaria de Estado da Educação, que serão responsáveis pelo direcionamento do trabalho das outras esferas de coordenação (regionais e locais), controlando o seu desenvolvimento e acompanhando os resultados obtidos.

Dadas as características das atividades a serem desempenhadas, é recomendado que os coordenadores, a serem designados, tenham o seguinte perfil:

- Facilidade de comunicação.
- Entusiasmo pelo tema.
- Liderança.
- Disponibilidade para deslocamentos.
- Capacidade de planejar e gerenciar tarefas e/ou atividades.

A capacitação dos brigadistas escolares na modalidade EaD (60h/a) será de responsabilidade da Coordenação Estadual, cabendo às Coordenações Regionais a indicação e inscrição dos servidores nos cursos.

A capacitação dos brigadistas escolares na modalidade Presencial (8h/a) será de responsabilidade das Corpdec em conjunto com os NRE.

Para auxiliar no desenvolvimento do Plano de Abandono de cada edificação escolar, foi desenvolvido um manual pela Coordenação do Programa.

Ao diretor do estabelecimento escolar caberá a responsabilidade de criar formalmente a Brigada Escolar. Trata-se de um grupo de cinco servidores do estabelecimento que atuarão em situações emergenciais, além de desenvolverem ações no sentido de:

- identificar riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar, compondo a Planta de Risco;
- garantir a implementação do Plano de Abandono por meio da execução de exercícios simulados semestrais;
- promover revisões anuais da Planta de Risco e Plano de Abandono;
- apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar quanto na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
- promover reuniões bimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discussão de assuntos referentes à segurança do estabelecimento de ensino, com registro em livro ata específico do Programa;
- verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, comunicando imediatamente o diretor para as providências necessárias.

Dada as funções que deverão desempenhar, a escolha dos integrantes da Brigada Escolar deve atender os atributos a seguir:

- proatividade, já que o desenvolvimento das atividades, dependerão operacionalmente de sua iniciativa;
- capacidade de liderança para desenvolvimento do Plano de Abandono e controle de público em situações emergenciais;
- condições físicas adequadas para realizar atendimentos de emergência;
- ser professor ou servidor do Quadro Próprio do Magistério ou Quadro de Funcionários da Educação Básica, respectivamente;
- estar lotado, preferencialmente, 40 horas no Estabelecimento de Ensino;
- optando o diretor por professores, estes deverão ser preferencialmente das áreas de Educação Física, Ciências e/ou Biologia.

A capacitação das Brigadas Escolares será realizada em duas etapas. Na primeira, na modalidade EaD, com carga horária de 60 horas. Na segunda, os servidores que concluíram com êxito o módulo EaD, participarão da modalidade Presencial, com carga horária de 08 horas. Lembramos que o curso é de 68 horas no total e interligado.

A instrução presencial será realizada por pessoal especializado da Corpdec local (não necessariamente os dois integrantes da Coordenação Regional), com o material fornecido pela Coordenação Estadual.

Serão abordados os seguintes assuntos na capacitação dos brigadistas escolares:

- Programa Brigadas Escolares (EaD);
- Defesa Civil (EaD);
- Edificações (EaD);
- Planejamento (Plano de Abandono e Planta de Risco) (EaD e Presencial);
- Socorros de Urgência (EaD e Presencial);
- Combate a Incêndios (EaD e Presencial);
- Aspectos Pedagógicos (Presencial).

Os brigadistas das escolas da rede estadual de educação do Paraná serão contemplados com capacitação nas modalidades EaD (Coordenação do Programa) e Presencial (Corpo de Bombeiros Militar), gradativamente, até que todas as escolas tenham suas Brigadas formadas.

8.2. PLANO DE ABANDONO, PRIMEIROS SOCORROS E COMBATE A PRINCÍPIOS DE INCÊNDIO

No Plano de Abandono serão realizadas as seguintes atividades:

- Planejamento da retirada de todas as pessoas do ambiente escolar de maneira organizada, rápida e segura, que deverá ser colocado em prática por meio de exercícios simulados constantes.
- Realização de, no mínimo, dois exercícios simulados por turno, no decorrer do ano letivo, sendo um por semestre, devendo constar as datas em calendário escolar.

Cabe lembrar que a responsabilidade pelo planejamento e execução do Plano de Abandono é do diretor de cada unidade escolar.

Os representantes dos NREs devem ser avisados com antecedência sobre as datas dos simulados nas escolas para que possam acompanhar os eventos (quando houver disponibilidade) e repassar as informações aos representantes do Corpo de Bombeiros e do BPEC.

Todos os exercícios simulados, bem como uma situação real, se houver, devem ser registrados no livro ata próprio da Brigada Escolar.

Em Primeiros Socorros serão ministradas instruções de Primeiros Socorros tanto na modalidade EaD (teoria), quanto na Presencial (prática).

E, por fim, no Combate a Princípio de Incêndio serão ministradas instruções de Combate a Princípio de Incêndio tanto na modalidade EaD (teoria) quanto na Presencial (prática), envolvendo as classes de incêndio, uso de extintores etc.

8.3 PREVENÇÃO DE RISCOS NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ

A execução desse eixo do Programa visa verificar a adequação das unidades escolares às normas legais do

Corpo de Bombeiros quanto à prevenção de incêndio e pânico. O início do trabalho ocorrerá por meio do diagnóstico das unidades escolares quanto à necessidade dos equipamentos básicos de segurança (extintores, sinalização de emergência e iluminação de emergência), visando a aquisição e instalação deles, sendo esta a primeira etapa da adequação dos prédios escolares.

Esta atividade do Programa, dada a sua especificidade e complexidade, ocorrerá concomitantemente com as atividades de capacitação.

Os brigadistas escolares deverão confeccionar a Planta de Risco de sua escola, identificando os locais que apresentam maior risco de incêndio, bem como os locais que podem trazer dificuldade no abandono da edificação. Uma análise minuciosa e bem-feita dos riscos da edificação escolar auxilia na confecção do Plano de Abandono. Tão logo sejam concluídas as Plantas de Risco, elas serão fixadas na sala da direção, dos professores e na entrada do colégio, entre outros locais, visando despertar nesses grupos a percepção do risco e a necessidade de desenvolver ações no campo preventivo, buscando, por ocasião dos debates, soluções para os problemas apresentados no estudo, que serão levadas ao conhecimento da direção a fim de uma possível implementação, caso seja cabível.

Este eixo deverá ser realizado no interior de cada uma das 2.148 escolas estaduais e das 413 escolas de Educação Básica na Modalidade Educação Especial. Ele é o eixo principal para a realização do Programa, pois servirá de base para todo o trabalho realizado pela direção de cada escola e por professores por ela designados, resultando em um plano de implementação das recomendações feitas nos diagnósticos, que terá sua efetivação na prática cotidiana no interior das escolas e na adequação das instalações físicas às normas do Corpo de Bombeiros, com vistas à prevenção de riscos.

Numa segunda etapa, com prazo de execução de dez anos, com metas estabelecidas anualmente em cronograma, o objetivo é adequar definitivamente os estabelecimentos de ensino quanto ao cumprimento da totalidade das normas de prevenção contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros.

Por fim, as adequações realizadas na unidade escolar resultarão na expedição do Certificado de Conformidade, a ser renovado anualmente, uma vez que a escola atenda as metas estabelecidas pelo Programa, de acordo com o previsto no Decreto Estadual n. 4.837/2012.

9 ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

A implementação do Programa está concebida de forma que seus eixos podem ser executados de maneira superposta a fim de proporcionar maior agilidade às tarefas.

Foram capacitados, primeiramente, os gestores regionais, logo após os gestores locais e, por fim, serão capacitados os integrantes das Brigadas Escolares.

A implementação do Plano de Abandono pode ocorrer logo após a capacitação dos gestores locais (diretores e pedagogos). Inicialmente, não é necessária a capacitação de todos os integrantes da Brigada Escolar para iniciar o desenvolvimento e implementação do Plano de Abandono. Contudo, os cinco integrantes da Brigada Escolar serão selecionados pelo diretor. Eles participarão do Curso de Formação de Brigadistas Escolares em EaD, e três dos cinco brigadistas de cada escola participarão do módulo Presencial. Logo após o módulo EaD, os brigadistas terão condições de efetuar revisões no Plano de Abandono de suas escolas, confeccionar a Planta de Risco nas edificações, desenvolver ações de resposta a algumas situações que requeiram atendimento de primeiros socorros, entre outras coisas.

Com a capacitação no módulo Presencial, os brigadistas terão habilidades para prestar atendimento de primeiros socorros em situações como: parada cardiorrespiratória, obstrução de vias aéreas, entre outras, além de combater

princípios de incêndio com o emprego de extintores.

Com vistas à disseminação do Programa e, ainda, buscando um despertar de cidadania na comunidade escolar, sugere-se a realização, em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino, do evento denominado “Semana de Prevenção – A Comunidade na Escola”, da qual participarão pais de alunos e moradores dos bairros onde essas escolas estejam localizadas, além de toda a equipe diretiva e pedagógica, agentes educacionais I e II, alunos e eventuais voluntários parceiros.

